



Município da
Marinha Grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 04 SESSÃO ORDINÁRIA 27.09.2024

MANDATO 2021/2025

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2024**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, **sob a presidência** de Aníbal Manuel Curto Ribeiro e secretariado por, Ana Paula Duarte Cardoso primeira-secretária e Ângela Domingues de Sousa segunda-secretária, **reuniu na modalidade presencial**, no auditório do edifício da Resinagem, sito na Praça Stephens, **em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Marinha Grande** com a seguinte ordem de trabalhos: _____

1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 1/2024**, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

2. **PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DE PISCINA MUNICIPAL COBERTA DA MARINHA GRANDE” – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E DA MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

3. **ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA EM CUMPRIMENTO DO N.º 3, DA CLÁUSULA 16.ª DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO REFERENTE 1.º PERÍODO DO ANO LETIVO 2023/2024 – PERÍODO DE 01/09/2023 A 31/12/2023 - AE MARINHA GRANDE NASCENTE | PROPOSTA DE ADENDA**, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

4. **ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA EM CUMPRIMENTO DO N.º 3, DA CLÁUSULA 16.ª DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO REFERENTE 1.º PERÍODO DO ANO LETIVO 2023/2024 – PERÍODO DE 01/09/2023 A 31/12/2023 - AE MARINHA GRANDE POENTE | PROPOSTA DE ADENDA**, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

5. **ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA EM CUMPRIMENTO DO N.º 3, DA CLÁUSULA 16.ª DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO REFERENTE 1.º PERÍODO DO ANO LETIVO 2023/2024 – PERÍODO DE 01/09/2023 A 31/12/2023 - AE VIEIRA DE LEIRIA | PROPOSTA DE ADENDA**, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

6. **3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2024**, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do art.º 25, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, conjugado com o art.º 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual; _____

7. **APROVAÇÃO PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE - ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS – AMPLIAÇÃO DA UNIDADE INDUSTRIAL DA MOLDETIPO – ENGENHARIA DE MOLDES E PROTÓTIPOS PARA A INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, SA. – PARECER CCDRC**, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 126.º e do n.º 1 do art.º 137.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); _____

8. **APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA**, nos termos do disposto na alínea c), n.º 2 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

vvvvv

Para além dos membros da Mesa, marcaram presença os seguintes deputados: _____

Bancada do Mais Movimento pela Marinha (+MPM): Carlos Wilson da Silva Batista, Carlos Jorge Dias Alves, Ângela Domingues de Sousa, Lisa Manuela Bordalo Barata, João Cravo Nunes da Silva Granja, Vanessa Andreia Feliciano e Rocha, Jorge Manuel Domingues Frágoso Brígido e Edgar Wilson Ramos da Silva Batista; _____

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): João Pedro Leal Norte, Susana Paula Ribeiro Domingues, Maria Etelvina Lopes Rosa Ribeiro, Maria Clementina Loureiro Esperança e Lino Jorge Lopes Frágata; _____

Bancada do Partido Socialista (PS): Ana Catarina Sousa da Silva Carlos, Cláudia Fabiana Gaspar de Brito Perfeito, Rafael da Costa Almeida e Francisco Manuel de Jesus Soares; _____

Bancada do Partido Social Democrata (PSD): Manuel José Cardoso Santos; _____

Bancada do Bloco de Esquerda (BE): Nuno Miguel Lopes Machado; _____

e ainda os seguintes **Presidentes de Junta de Freguesia:** _____

Marinha Grande: Maria das Neves Gaspar Oliveira (+MPM); _____

Moita: Franclim de Sousa Ventura (CDU); _____

Vieira de Leiria: Patrícia Alexandra Pereira Natário Farto (PS). _____

vvvvv

Estiveram ainda presentes, pelo **Órgão Executivo**, o Presidente da Câmara Municipal, Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, os Vereadores João Emanuel de Brito Filipe, António Fragoso Henriques e as Vereadoras Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro, Ana Laura Lopes Rogério Baridó e Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho e Lara Marques Lino. _____

vvvvv

De acordo com o disposto no art.º 49.º do Regimento, foram ainda **admitidas as respetivas substituições** dos seguintes deputados: Artur Jorge Rosa dos Santos (+MPM) pela deputada Ângela Domingues de Sousa(+MPM), Luís António Geria Barreiros (CDU) pela deputada Maria Etelvina Lopes Rosa Ribeiro (CDU), Filipe Ferreira Duarte (CDU) pelo deputado Lino Jorge Letra Fragata (CDU), Rita Lourenço de Sousa (+MPM) pelo deputado Edgar Wilson Ramos da Silva Batista (+MPM) e Álvaro Pinto Cardoso (PS_PJVL) pela Patrícia Alexandra Pereira Natário Farto (Secretária do Executivo da JFVL). _____

vvvvv

Após a verificação da existência de quórum, com a presença de vinte e quatro deputados, nos termos do disposto no artigo 11.º do Regimento, pelas vinte horas e quarenta minutos, **o Presidente da Mesa**, Aníbal Curto Ribeiro, declarou aberta a sessão. _____

vvvvv

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa declarou aberto o período antes da ordem do dia pelas vinte horas e quarenta e sete minutos. _____

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado João Norte (CDU)** que solicitou esclarecimento sobre o ponto de situação das negociações relacionadas com a prospeção de areias na Moita, uma vez que, na última reunião de câmara, foi mencionado que o processo estaria numa fase avançada. Referiu a questão levantada na última Assembleia de Freguesia da Vieira de Leiria, relativa a um mupi do PCP colocado próximo ao barco na Praia da Vieira, citando a Constituição da República Portuguesa para defender que a propaganda política é um direito fundamental, livre e independente de licenciamento, reforçando que a liberdade de expressão inclui a utilização de meios para difundir mensagens, sejam elas políticas ou partidárias, reforçando que o mesmo está devidamente colocado, sublinhando a importância do respeito pelos direitos constitucionais.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Catarina Carlos (PS)** que mencionou que recentemente foi recebido um parecer da CCDR indicando a viabilidade do projeto de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de areias, desde que cumpridos certos requisitos. Questionou se o projeto avançará, quais são as conversações em curso e o estado atual do processo. Referiu ainda que, para a Freguesia da Moita, três anos depois, ainda se aguardam respostas concretas sobre várias questões: o pavilhão, o saneamento, a requalificação das ruas, os abrigos da TUMG e a instalação de ecopontos.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Franclim Ventura (CDU_PJM)** que fez um apelo ao presidente da Câmara e ao executivo para que cumpram as promessas feitas em campanha eleitoral e ao longo do mandato, enfatizando que restam pouco mais de oito meses para o término do mesmo. Foram listados diversos compromissos não concretizados, como a construção de habitação social, manutenção de casas vagas, saneamento básico, requalificação de ruas e travessas, passeios pedonais, lar de idosos, pavilhão gimnodesportivo, instalação de abrigos de passageiros da TUMG e colocação de ecopontos.

Referiu a ausência de avanços significativos em áreas essenciais, como a inexistência de qualquer metro de saneamento básico ou a falta de reparações em passeios destruídos por ruturas de água. Referiu ainda a paralisação na requalificação de ruas como a Almoinha Velha, onde dificuldades de acesso têm sido justificadas como impedimento, a falta de progresso no prometido pavilhão gimnodesportivo, que levou uma equipa de futsal local a recorrer a infraestruturas de outro concelho, e lamentou a demora na construção do lar de idosos, mesmo após um elevado investimento de 475 mil euros numa estrutura inacabada. Sobre os abrigos da TUMG, classificou a ausência deles como um desprezo pelos utilizadores da Moita, especialmente pelas crianças que aguardam autocarros expostas ao frio e à chuva.

A questão dos ecopontos foi apontada como um exemplo de promessas reiteradas sem ação prática, enquanto a destruição já iniciada na Rua da Charnequinha foi mencionada, com apelos para limitar o trânsito de camiões de grande tonelagem, garantindo a segurança dos utilizadores.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que questionou sobre a estátua da rotunda do Vidreiro e se a conclusão da obra da adutora pelo construtor está relacionada com a permanência dos restos da estátua no local.

Seguiu-se uma crítica ao atraso na aprovação das atas das reuniões de câmara, apontando o incumprimento do disposto no Decreto-Lei 75/2013, que determina que as atas devem ser aprovadas no final de cada reunião ou no início da seguinte, questionando o motivo pelo qual atas desde julho de 2023, e potencialmente de anos anteriores, ainda não terem sido aprovadas.

Referiu ainda a instalação de uma central fotovoltaica localizada atrás da Yudo, observada através do Google Maps, questionando o objetivo dessa central, mencionando o impacto ambiental devido ao corte significativo de árvores e questionando se houve autorização do ICNF ou de outras entidades.

A intervenção prosseguiu com a questão do encerramento do Café da Praia de São Pedro de Moel, que permaneceu fechado durante toda a época balnear, apesar do investimento de 300 mil euros por parte da Câmara. Citando uma publicação pública de um concorrente no concurso para a concessão, expressando indignação pela situação e questionando os critérios de adjudicação. Solicitou um balanço detalhado sobre todas as concessões de praia no concelho, incluindo informações sobre o número de concessões, quem as explora, a duração dos contratos, os valores pagos ao município e se há algum parecer da APA relativo à remodelação de algumas concessões.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Rafael Almeida (PS)** que referiu que o programa eleitoral "Cidade Tecnológica no Meio da Natureza", que venceu as eleições com promessas ambiciosas de progresso e transformação, não foi implementado conforme esperado, deixando o concelho num estado de estagnação. Referiu ainda que este executivo é um executivo de inação, adiamentos sucessivos de projetos, incapacidade de execução, perda de financiamentos importantes e desrespeito por compromissos eleitorais, destacando falhas graves, como a utilização inadequada de saldos de gerência, baixa taxa de execução de despesas de capital, e abandono de projetos significativos como o Intermodal e a reabilitação do Cine-teatro António Campos.

Evidenciou os problemas de gestão interna, como a falta de chefias, rotatividade excessiva, baixa motivação dos funcionários, e a criação de divisões administrativas excessivas, sem resultados práticos. A política de subcontratação é apontada como onerosa e pouco eficiente. A falta de execução em áreas como habitação, educação, cultura, mobilidade e segurança pública reflete, segundo a intervenção, uma desconexão entre as promessas eleitorais e as ações efetivas.

A intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 1

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que fez um balanço crítico sobre os três anos de governação do executivo liderado pelo movimento +MPM, destacando a discrepância entre as promessas eleitorais e os resultados concretos alcançados.

Recordou que a proposta do +MPM foi escolhida por maioria, baseada na promessa de promover um desenvolvimento sem precedentes em várias áreas, incluindo infraestruturas, habitação, interação com os municípios e colaboração com outros partidos políticos. No entanto, observou que o mandato tem sido marcado por uma apatia generalizada, contrastando com a vontade inicial de mudança.

No que toca às infraestruturas básicas, apontou que pouco ou nada de novo foi feito, com o foco limitado à conclusão de obras iniciadas em mandatos anteriores. Em termos sociais, criticou a falta de ação na área da habitação, sublinhando a ausência de medidas para intervir nas dezenas de habitações sociais que necessitam de obras, apesar da existência de uma estratégia municipal para a habitação.

A relação com os munícipes também foi alvo de críticas, mencionando a lentidão e, em muitos casos, a inexistência de respostas por parte da Câmara a comunicações enviadas por cidadãos, empresas e associações. Esta ineficiência foi destacada como um problema grave, prejudicando não só os particulares mas também oportunidades que poderiam beneficiar o município.

Quanto à interação com outros partidos políticos, lamentou a falta de colaboração, descrevendo uma relação marcada por queixas de bloqueios políticos, argumentos semelhantes aos utilizados pelo anterior executivo para justificar a falta de execução de projetos.

Referiu ainda que a alegada mudança prometida pelo +MPM não resultou em melhorias significativas, sendo percebida apenas como uma mudança nas posições ocupadas dentro dos serviços municipais, deixando os marinhenses, moitenses e vieirenses como os grandes prejudicados.

Para terminou apresentou a seguinte **Saudação**:

“Saudação aos 45 anos do Serviço Nacional de Saúde

Foi em 15 de setembro de 1979 que pelo ministro António Arnaut e com base no artigo 64º da Constituição da República, foi criado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), através da Lei nº 56/79 que nunca chegou a ser completamente regulamentada.

O que era a situação sanitária no país antes da madrugada libertadora do 25 de Abril fica bem demonstrada nas memórias de Francisco Neto de Carvalho, ministro do regime fascista de Salazar entre 1963 e 1968: ***“tempos em que não se falava no direito à saúde, cada um tratava de si e o Estado ou outras instituições como as misericórdias acudiam graciosamente, numa base de caridade, aos mais necessitados. Por isso a saúde estava integrada na Subsecretaria da Assistência do Ministério do Interior”***. Em 1962 tinha sido criada a Direção Geral dos Hospitais, mas sem quadro de pessoal. Em 1965, um Plano Nacional de Vacinação contra algumas doenças infecciosas na infância só avançou com o subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Apesar das forças políticas da extrema-direita defenderem o regime salazarista, a verdade é que num relatório elaborado por Melo Caeiro em abril de 1966 sobre uma epidemia na Maternidade Magalhães Coutinho foi escrito: *“não há berços suficientes, a roupa das camas das mães não é mudada diariamente, a sala de banhos das crianças esteve sem água quente durante meses por avaria do termoacumulador, há fraldas a serem usadas durante 24 horas, faltam utensílios de cozinha e seringas, pelo que são usadas em vários doentes”* (in “Correspondência do Ministro da

Saúde e Assistência dirigidas a Salazar” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Em 1968 as dívidas dos três principais hospitais centrais, Santa Maria, S. João e Civis de Lisboa eram superiores a 65 mil contos. Em 1971 o Decreto-Lei nº 413 definiu um Sistema Nacional de Saúde que incluía as empresas privadas. Só em 1973 é que surgiu pela primeira vez um Ministério da Saúde dotado de lei orgânica. A mortalidade infantil era das mais elevadas da Europa.

A lei que criou o SNS há 45 anos dizia: **“incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o SNS”** (artº 64º nº3 d). Mas a Lei de Bases da Saúde nº 48/90 do governo PSD trocou tudo: **“o Estado apoia o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde ... em concorrência com o sector público”** (Base 37 nº 1). E com tais orientações, os serviços e os recursos públicos foram facilmente capturados pelo “negócio privado da doença”: de cada 10 euros do orçamento da saúde, mais de 4 euros passaram a ser gastos em facturas dos privados. Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) nas mãos dos privados custaram 489 milhões € em 2019, a que se somaram 262 milhões € em hemodiálises. Foram desenvolvidas parcerias público-privadas (PPP) e criadas deduções fiscais para o sector privado. A acessibilidade condicionada em certos subsectores de saúde conduziu ao número brutal de 6 milhões de episódios de urgência/ano nos hospitais do SNS. A financeirização da saúde passou a ser a marca do sector. E aos médicos, enfermeiros e outros profissionais do sector público não foram aplicadas carreiras e salários motivadores.

A questão central sobre o futuro de SNS é a relação entre o Estado e o sector privado empresarial. Com a aprovação da nova Lei de Bases da Saúde em 2019 (Lei nº 95/2019) foi explicitada na sua Base 6 que a responsabilidade do Estado pela realização do direito à proteção da saúde concretiza-se **primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos**, podendo de forma **supletiva e temporária** ser celebrados acordos com entidades privadas e do sector social, **em caso de necessidade fundamentada**.

A Assembleia Municipal da Marinha Grande reunida em sessão ordinária em 27/9/2024, DELIBERA:

- **Saudar a criação há 45 anos do SNS como serviço público de saúde, geral e universal;**
- **Manifestar todo o apreço e reconhecimento aos seus profissionais pelo empenhamento e dedicação;**
- **Pugnar pela implementação dos valores e princípios da nova Lei de Bases da Saúde (Lei 95/2019).”.**

A **SAUDAÇÃO** foi aprovada por **Unanimidade**

A Saudação encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 2

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Etelvina Rosa (CDU)** que destacou a importância do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que celebra 45 anos, sendo historicamente considerado um dos melhores da Europa. Alertou para o desinvestimento no SNS nas últimas décadas, afetando a valorização e condições de trabalho de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde. Sublinhou a dedicação destes profissionais, que frequentemente trabalham longas jornadas para atender os utentes, mesmo em condições adversas.

Referiu o caso das urgências do Hospital de Leiria, que, em alguns dias, chegam a atender entre 500 a 700 utentes, sobrecarregando os profissionais e resultando em longas horas de espera, deixando um elogio às lutas de médicos, enfermeiros e população em defesa do SNS, citando a greve de 24 e 25 de setembro, que contou com forte adesão.

Expressou a sua indignação pelas condições a que as grávidas são sujeitas, frequentemente obrigadas a percorrer grandes distâncias, de 100 a 200 km, para receber assistência, colocando em risco a saúde delas e dos seus bebés, criticando a crescente entrega da gestão de centros de saúde a privados, alertando para os riscos que essa medida pode representar para a qualidade e universalidade do serviço.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que criticou a governação do movimento +MPM, destacando a perceção de incapacidade ou falta de vontade, conhecimento e eficácia para cumprir o programa eleitoral e governar de forma satisfatória. Referiu que a aproximação ao final do mandato é apresentada como um momento de balanço, no qual a governação é descrita como caracterizada por inércia, falta de planeamento e decisões pouco justificadas.

Criticou também a convocação de uma reunião extraordinária sem consulta prévia da disponibilidade dos eleitos do executivo, apontando para uma falta de respeito pelo princípio do estatuto da oposição, referindo que a reunião se focou em temas como a 16ª modificação e a 4ª revisão orçamental, ajustes ao mapa de pessoal e a suspensão do PDM para a expansão de uma unidade fabril, sem que fossem apresentadas justificações adequadas para as escolhas de prioridades.

No âmbito da gestão do pessoal da Câmara, criticou a ausência de transparência e de explicações sobre a organização interna, bem como a falta de valorização das carreiras e o descontentamento dos trabalhadores, evidenciado em plenários públicos, são mencionados como reflexo de uma má gestão. Referiu ainda que a abertura de novas chefias de divisão e a regularização de mobilidades são classificadas como decisões mal fundamentadas e insuficientes.

Em relação à revisão orçamental, destacou as anulações de verbas, incluindo 2,5 milhões de euros destinados a habitação social, considerando que esta decisão particularmente grave, dado o

contexto atual de crise habitacional em que trabalhadores, mesmo com mais de um emprego, são forçados a viver em condições precárias, como tendas, o que contrasta com o direito constitucional à habitação, mencionado como algo que deveria ser defendido e promovido.

Ainda referiu que a estratégia orçamental do executivo é como um ciclo repetitivo de anulações de verbas, adiando compromissos e transferindo responsabilidades para os anos seguintes, sendo a taxa de execução orçamental, estimada em apenas 8%, é apresentada como um reflexo da ineficácia na implementação das promessas feitas.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que prestou as seguintes informações:

Ecopontos e Valorlis - A gestão e colocação de ecopontos são da responsabilidade da Valorlis, não da Câmara Municipal. A autarquia pressiona para a expansão da rede, mas a decisão final depende da Valorlis.

Requalificação de Passeios na Moita - Obras realizadas na Rua Soldado Adriano incluem a requalificação da via e passeios. Outras requalificações foram feitas em função das necessidades e possibilidades da Câmara.

Pavilhão da Martingança e Futsal da Moita - Treinos e jogos do Futsal da Moita são assegurados conforme regulamento, exceto em casos pontuais devido a restrições de grelha horária.

Requalificação dos Abrigos da TUMG - A requalificação dos abrigos de transporte público é uma ação em curso que abrangerá todo o concelho, não apenas a Moita.

Requalificação da Rua da Charnequinha - Obra realizada para uso público, com adequação para trânsito de veículos e camiões, considerando as necessidades locais.

Investimentos na Freguesia da Moita - Foram efetuados investimentos em projetos como a Escola da Moita, Rua da Charnequinha e Rua Soldado Adriano.

Obras Gerais no Município - Entre julho e setembro, várias obras foram executadas ou consignadas, incluindo, rede de saneamento e abastecimento nas Trutas, requalificação de espaços públicos, pavimentação e manutenção de diversas ruas no concelho e melhorias em escolas.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Prospecção de Areias Siliciosas e Argilas Especiais – O processo está em consulta pública conduzido pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a atribuição de direitos de prospecção não garante exploração futura. Será exigido um estudo de impacto ambiental e

consulta à população local antes de qualquer aprovação e os Deputados do distrito de Leiria questionaram o Governo, que respondeu sobre os trâmites em curso.

Lar de Idosos na Moita – A Câmara comprou o imóvel em litígio judicial para evitar a perda do terreno e da obra existente, sendo esta aquisição considerada estratégica para viabilizar o futuro lar.

Estátua do Vidreiro – O projeto está em andamento para requalificar a rotunda.

Central Fotovoltaica – A legislação permite que promotores avancem sem licenciamento, apenas notificando a Câmara e entidades como DGEG e CCDR.

Concessões das Praias: - Existem concessões regulamentadas nas praias do concelho, Praia da Vieira com 7, Praia Velha com 2, e São Pedro de Moel com 4, sendo que os concessionários prestam contas à Câmara, Capitania e APA.

Cidade Tecnológica no Meio da Natureza – Esta é a visão estratégica para promover a Marinha Grande como uma cidade tecnológica integrada à natureza.

Fundos Perdidos – A Câmara nunca perdeu projetos devido a fundos, mas há risco iminente se não houver revisão célere de candidaturas.

Projetos no Concelho - Projetos como a Creche da Ivima foram concebidos e executados pela atual gestão e iniciou-se projetos necessários há décadas, como escolas e piscina.

Recursos Humanos - Gestão focada na melhoria contínua, embora reconheça a impossibilidade de atingir perfeição.

vvvvv

Terminadas as intervenções no período antes da ordem do dia e por se tratar de uma sessão ordinária, e dando cumprimentos ao estipulado no n.º 1 do artigo 16.º e no artigo 18.º do Regimento, **o Presidente da Mesa** informou que estão reunidas as condições para o período de INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO _____

vvvvv

1 – O Sr. Virgílio de Sousa Gregório, residente em Marinha Grande, abordou assuntos relacionados com o Concelho. Responsabilizou a câmara e a assembleia pela falta de aprovação do PDM, destacando o impacto negativo para dezenas ou centenas de munícipes que aguardam a sua revisão. Lembra a marcha de há 40 anos contra a fome, reforçando a importância de atender às necessidades locais. Apontou problemas práticos na freguesia, sugerindo uma solução simples para tapar buracos nas ruas com uma equipa móvel. Criticou, ainda, o estado do mercado, com

mosaicos partidos e levantados, e denuncia a situação grave do cemitério de Casal Galego, com campas abandonadas, erva alta e um muro tomado por silvas.

A ficha de inscrição encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 3

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

P.D.M. - Informou que, atualmente, está agendada uma reunião de concertação com a APA e a CCDDR, as duas entidades restantes para finalizar o processo. A expectativa é que esta reunião resulte numa proposta para discussão pública, cuja data será definida. A maior preocupação recai sobre a APA, devido às dificuldades nas negociações relacionadas à classificação de terrenos. Enquanto a Câmara pretende integrar áreas em zonas urbanas, a APA insiste na sua manutenção como parte da REN, tornando o processo desafiador. Apesar disso, espera-se que a reunião traga avanços e boas notícias.

vvvvv

Cerca das vinte e duas horas e sete minutos, o **Presidente da Mesa** apresentou e colocou à apreciação, discussão e votação, os pontos da ordem de trabalhos, incluídos na ordem do dia, conforme previsto no artigo 19.º do Regimento. _____

ORDEM DO DIA _____

vvvvv

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE n.º 01/2024 _____

O **Presidente da Mesa** pôs em apreciação a ata n.º 01/2024 da sessão ordinária de 29 de fevereiro de 2024 e, como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação tendo esta sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e cinco abstenções, por ausência dos deputados na referida sessão, conforme disposto no n.º 3, do artigo 34.º, do Código de Procedimento Administrativo na redação atual.

vvvvv

PONTO 2 – PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DE PISCINA MUNICIPAL COBERTA DA MARINHA GRANDE” – APRECIACÃO DO RELATÓRIO FINAL E DA MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO _____

“Presente certidão de teor n.º 42/2024/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 29 de julho de 2024: _____

Presente Relatório Final, datado de 24.07.2024, e proposta de minuta do contrato de empréstimo a longo prazo para financiamento do projeto de investimento "Construção de Piscina Municipal Coberta da Marinha Grande". _____

Presente processo de contratação de empréstimo a médio/longo prazo para financiamento da empreitada "Construção de Piscina Municipal Coberta da Marinha Grande", constituído, entre outros elementos: pela Proposta n.º 1/2024/AF, de 21.02.2024; pelo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município; pelo caderno de encargos; pelos convites para apresentação de propostas, efetuados a dez entidades; pelas sete propostas apresentadas e respetivos esclarecimentos ou regularizações; pelo despacho de nomeação da "Comissão para abertura das propostas", de 26.03.2024 e respetiva deliberação ratificativa da Câmara Municipal, de 01.04.2024; pelas três declarações de inexistência de conflitos de interesses, subscritas pelos elementos que integram a referida Comissão; pelas atas elaboradas pela mencionada Comissão e duas informações desta, datadas de 20.05.2024 e as respetivas deliberações da Câmara Municipal, de 27.05.2024; por duas declarações de assunção da prorrogação da validade das propostas até 30.09.2024; pelo Relatório Preliminar e minuta do contrato de empréstimo a longo prazo para financiamento da empreitada "Construção de Piscina Municipal Coberta da Marinha Grande"; pela deliberação da Câmara Municipal, 24.06.2024 e a pronúncia escrita, em sede de audiência prévia, da concorrente Caixa Geral de Depósitos, S.A. _____

Considerando que: _____

- Em reunião extraordinária de 26.02.2024, a Câmara Municipal deliberou solicitar à Assembleia Municipal autorização para abertura de consulta junto de instituições bancárias para financiamento da empreitada "Construção de Piscina Municipal Coberta da Marinha Grande"; _____
- Em sessão ordinária de 29.02.2024, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou e aprovou a autorização para a referida consulta; _____
- Na sequência desta última deliberação, no mês de março do corrente ano foram consultadas diversas entidades bancárias, tendo sete delas apresentado as suas propostas; _____
- Por despacho do Presidente da Câmara com o n.º 23/DGF/DCP/2024, datado de 26.03.2024, ratificado na reunião camarária de 01.04.2024, foram designados os elementos da "Comissão para abertura das propostas"; _____
- Após a análise e avaliação das propostas apresentadas, a referida Comissão elaborou um Relatório Preliminar, no âmbito do qual propõe a admissão e exclusão de propostas das concorrentes, efetua uma proposta de adjudicação e elabora uma proposta de minuta do contrato de empréstimo a longo prazo para financiamento do projeto de investimento "Construção de Piscina Municipal Coberta da Marinha Grande", terminando com uma proposta de concessão do direito de audiência prévia a todas as concorrentes; _____

- Em reunião da Câmara Municipal, de 24.06.2024 foi deliberado notificar todas as concorrentes, para se pronunciarem por escrito, no prazo de dez dias úteis, sobre o teor do Relatório Preliminar, bem como a concorrente Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL, para no mesmo prazo se pronunciar ainda sobre a proposta da minuta de contrato de empréstimo a longo prazo a celebrar;

- Foram notificadas, todas as concorrentes para o efeito, por correio registado, sendo que, após o decurso do prazo para se pronunciarem, que terminou em 23.07.2024, apenas a concorrente Caixa Geral de Depósitos, S.A veio exercer o seu direito de audiência prévia, tendo a respetiva pronúncia escrita sido apreciada pela "Comissão para abertura das propostas", no âmbito do Relatório Final, concluindo-se pela manutenção do teor e conclusões do Relatório Preliminar. _____

A Câmara Municipal, apreciando toda a documentação que integra o referido processo de contratação de empréstimo, e particularmente o Relatório Final e a proposta de minuta do contrato de empréstimo a longo prazo para financiamento do projeto de investimento "Construção de Piscina Municipal Coberta da Marinha Grande", elaborados pela Comissão, e concordando com o teor de ambos os documentos, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, ficando anexos à presente deliberação, delibera, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, propor à Assembleia Municipal que autorize, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, a contratação do referido empréstimo à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL, nos termos da mencionada minuta de contrato. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta. _____

Os Srs. Vereadores da CDU, Lara Lino e Orlando Jóia, proferiram a seguinte declaração de voto: _____

"Analisando o processo em apreço cumpre aos vereadores da CDU tecer as seguintes considerações: _____

A construção da Piscina Municipal Coberta da Marinha Grande é uma obra absolutamente necessária e muito ansiada pela população. _____

O atraso que tem sofrido nos sucessivos mandatos, este inclusive, vem onerar em milhões de euros esta obra. _____

O financiamento necessário, previsivelmente na ordem dos 12 milhões e 900 mil euros traduz-se num encargo financeiro que passará para os mandatos seguintes pelo que nos preocupa que esta piscina seja funcional, sustentável, que se adeque as necessidades do concelho e que esteja alinhada numa estratégia de desenvolvimento desportivo para que não venha a tornar-se num encargo insustentável. _____

O procedimento de contratação que ora votamos preocupa-nos em vários aspetos, além dos já referidos, parece-nos pela leitura dos documentos que há fundamento para a impugnação do concurso, pelos aspetos apresentados pela CGD. No entanto, sendo que esta foi a decisão do júri, e uma vez que a proposta escolhida é (coincidentemente) a mais vantajosa, votamos favoravelmente, permitindo que esta seja remetida para Assembleia Municipal, deixando o alerta de que provavelmente e infelizmente, pois isto traduzir-se-á em mais um atraso nesta obra, o mesmo não ficará fechado nesta data.” _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou e aprovou**, a contratação do empréstimo à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que referiu que a bancada do PSD expressa estranheza em relação à exclusão, de seis, dos maiores bancos portugueses de um concurso público, sugerindo a possibilidade de problemas no caderno de encargos ou no regulamento do concurso. Questionou se as desclassificações foram causadas por falhas no processo, especialmente considerando que o banco aprovado é pequeno em comparação com os restantes.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Cláudia Fabiana (PS)** que expressou preocupação com a demora no processo relacionado à construção da piscina, destacando que o projeto foi aprovado há dois anos e ainda está na fase de obtenção de empréstimo, enquanto os custos continuam a aumentar, duplicando desde a previsão inicial. Criticou a falta de prioridades claras do executivo, apontando que questões urgentes como habitação social, mobilidade e segurança permanecem negligenciadas.

Referiu ainda que a bancada do PS apoio ao avanço do projeto da piscina, enfatizando que se houvesse a mesma determinação no passado, a obra já estaria em andamento.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que destacou as preocupações relacionadas ao projeto da nova piscina, principalmente quanto à contratação de crédito e aos custos crescentes. Salientou que, embora a proposta vencedora ofereça as melhores condições, é necessário revisar os critérios para evitar problemas futuros. Referiu o aumento significativo do custo do projeto, que duplicou em dois anos, e o impacto financeiro a longo prazo, com rendas

anuais que podem alcançar 400.000€. Questionou se a dimensão e o formato da piscina planeada são realmente adequados às necessidades e capacidades do município, alertando para os elevados custos de manutenção. Apesar das reservas, reforça o apoio ao projeto, pedindo uma reflexão coletiva antes de assumir compromissos financeiros tão duradouros.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Carlos Wilson (+MPM)** que criticou o que considera cinismo por parte do PS e da CDU em relação ao projeto da piscina. Refuta alegações de aumento descontrolado dos custos e lembra que a inflação afeta todos os setores, não apenas a piscina. Questionou por que os partidos, que estiveram no poder por décadas, não avançaram com a construção da piscina, sugerindo que acusar o atual executivo de incompetência é incoerente. Concluiu a sua intervenção desafiando os críticos a decidirem se realmente apoiam ou não a realização da obra.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que lembrou que, no início do ano, destacou a importância de encontrar as melhores soluções conjuntas para a construção da piscina. Reconheceu que os custos aumentaram para todos, mas enfatiza a necessidade de avaliar se a piscina projetada será sustentável a longo prazo, evitando criar um "elefante branco". Questionou a capacidade futura de manutenção e propõe adequar os planos às possibilidades reais do município, além disso, manifestou preocupação com uma possível impugnação do concurso pela Caixa Geral de Depósitos, pedindo esclarecimentos sobre as bases jurídicas de ambas as partes para evitar atrasos no projeto, reiterando que a decisão do júri deve prevalecer, pois cabe a ele determinar a melhor solução.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que criticou uma publicação na página do município que acusou injustamente a CDU e o PS de obstaculizarem projetos, apresentando informações enviesadas e inverídicas. Referiu que o orçamento deve ser cumprido e que a comunicação usada distorceu os factos, desrespeitando a verdade. Refutou a acusação de falta de capacidade de execução, destacando que no último mandato da CDU o projeto da piscina foi aprovado e está disponível online. Criticou ainda o enfoque do executivo em criar slogans e publicações de impacto em vez de resolver problemas reais.

Referiu ainda o caso do movimento associativo, apontando a ausência de transparência sobre os valores efetivamente utilizados, e considera injustas as acusações feitas, dando como exemplo o jardim de infância de Picassinos, onde, apesar de alegadas obras, subsistem problemas básicos como a falta de fraldário e condições degradadas para crianças. Finalizou a intervenção acusando

o executivo de utilizar uma narrativa cínica e enviesada, sem abordar os problemas concretos de forma eficaz.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Cláudia Fabiana (PS)** que referiu que o respeito deve prevalecer na Assembleia, condenando o uso de termos ofensivos, afirmando que o cinismo não está do lado da sua bancada, destacando que tanto a CDU quanto o PS já apresentaram propostas para a construção da piscina, considerando que a oposição feita pelo +MPM, nos últimos 8 anos, um entrave ao desenvolvimento da Marinha Grande.

Reconheceu que bancada do PS apoia a construção da piscina e que não pretende votar contra o projeto, mas expressa preocupação com a demora na execução, considerando que um projeto aprovado há dois anos ainda está na fase de negociação do crédito. Ressalta que a inércia teve impacto negativo, pois se o processo tivesse iniciado antes, os custos poderiam ter sido diferentes, dado o aumento geral de preços.

Referiu ainda a falta de prioridades claras na governação do +MPM, sublinhando que, em três anos, pouco se avançou em questões fundamentais para o município, concluindo que, enquanto oposição, têm o direito de manifestar as suas preocupações e opiniões sobre o timing e a viabilidade do projeto.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Vanessa Rocha (+MPM)** que reconheceu que a construção da piscina tem sido uma bandeira de todos os partidos ao longo dos anos e que, apesar de diversos projetos e discussões, nunca foi concretizada em 20 anos. Destacou que o valor da obra aumentou ao longo do tempo, especialmente devido à inflação, e que a tendência é de que continue a subir. Embora reconheça que a piscina é uma obra essencial, referiu a ineficiência das administrações anteriores em tirar o projeto do papel. Referiu ainda que, na ótica do +MPM, o projeto da piscina deve seguir em frente.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Rafael Almeida (PS)** que referiu que o programa do +MPM não foi escrito por ele e que a proposta de construção da nova piscina municipal estava incluída no ponto 3.2 do programa, que abordava equipamentos desportivos e a requalificação da piscina municipal da Embra. Criticou a acusação de que o +MPM está tentando fazer em três anos o que não foi feito em 20 anos, destacando que essa proposta já estava no programa, e não é uma atitude ousada da parte do movimento. Referiu ainda que o PS não bloqueou o processo, desafiando a ideia de que o +MPM é o único a propor algo difícil de realizar, apontando que as obras que mencionou, que foram realizadas em três meses, também estavam no compromisso do programa do +MPM com a população, e não foram ideias suas.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que prestou as seguintes informações:

Clarificação sobre Relatório de Atividades - Explicou que, por vezes, as conversas podem gerar diferentes interpretações, afirmando que o que disse anteriormente está gravado e poderá ser verificado.

Relatório de Atividades – Sugeriu que a deputada possa não ter lido o relatório de atividades atual, nem os relatórios de atividades anteriores.

Obras enunciadas no Relatório - Esclareceu que as obras mencionadas no relatório são aquelas que ainda estão para consignar ou que estão em execução, e não as obras que já foram concluídas, as quais estão registadas em relatórios anteriores.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Creche da Ivima – Fez uma breve explicação do histórico da creche da Ivima, destacando que houve muitos anos de conversa sobre a obra sem concretização. Esclareceu que, ao assumir a gestão do projeto, foi necessário negociar com o construtor que já tinha uma adjudicação e não queria concluir o trabalho. Após essa negociação, um novo projeto foi lançado, e uma candidatura ao PRR foi aprovada, com a obra agora em execução.

Piscina Municipal – Referiu que o projeto atual já foi aprovado, discutido e orçamentado, e o que está a ser discutido neste momento não é mais o projeto ou o preço. A questão central é saber se a Assembleia quer ou não prosseguir com a construção da piscina, disponibilizando-se a continuar com o projeto, mas enfatiza que a responsabilidade pela decisão será da Assembleia.

Exclusão de Bancos no Processo de Contratação – Explicou que a exclusão de bancos no processo de contratação foi feito com base nos critérios definidos pelo Código dos Contratos Públicos, referindo que o banco selecionado apresentou uma taxa de juro mais baixa, a exclusão de outros bancos não se baseou apenas no preço, mas em outros critérios previstos no processo de contratação.

Critérios de Contratação - Esclareceu que o critério do preço não foi o único fator na escolha do banco. A decisão seguiu uma série de critérios que foram explicados pelo júri do processo de contratação.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que solicitou esclarecimentos sobre os parceiros jurídicos envolvidos e as bases jurídicas que a Câmara Municipal possui para evitar uma possível impugnação por parte da Caixa Geral de Depósitos. Embora reconheça que, no final, são

os tribunais que tomarão a decisão, deseja mais informações sobre este processo, apesar de saber que essas questões já estão na documentação enviada.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Possibilidade de Impugnação Judicial - Afirmou que todas as decisões podem ser impugnadas ou contestadas judicialmente, sendo que a empresa que não ganhar o processo pode recorrer à justiça para contestar a decisão.

Processo Concluído e Avaliado – Referiu que o processo em questão foi concluído, argumentado e analisado por um júri, que contou com o apoio de juristas para garantir que a decisão tomada de forma correta.

Resposta à Contestação – Informou que a empresa que fez a contestação foi devidamente esclarecida sobre a decisão tomada.

Disposição para Novas Avaliações e Tribunal de Contas - Reconhece que o processo pode ser sujeito à avaliação de instâncias externas, como o Tribunal de Contas, e que está sempre disponível para esse tipo de revisão.

Expectativa de Encerramento do Processo - Referiu que o processo eventualmente será enviado para a contratação, depois de ser completada a análise e possíveis contestações.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que proferiu a seguinte Declaração de Voto:

“DECLARAÇÃO de VOTO da BANCADA da CDU

Analizando o processo em apreço cumpre aos deputados da bancada da CDU tecer as seguintes considerações:

-A construção da Piscina Municipal Coberta da Marinha Grande é uma obra absolutamente necessária e muito ansiada pela população.

-O atraso que tem sofrido nos sucessivos mandatos, este inclusive, vem onerar em milhões de euros esta obra.

-O financiamento necessário, previsivelmente na ordem dos 12 milhões e 900 mil euros traduz-se num encargo financeiro que passará para os mandatos seguintes pelo que nos preocupa que esta piscina seja funcional, sustentável, que se adegue as necessidades do concelho e que esteja alinhada numa estratégia de desenvolvimento desportivo para que não venha a tornar-se num encargo insustentável.

-O procedimento de contratação que ora votamos preocupa-nos em vários aspetos, além dos já referidos, parece-nos pela leitura dos documentos que há fundamento para a impugnação do concurso, pelos aspetos apresentados pela CGD. No entanto, sendo que esta foi a decisão do júri, e uma vez que a proposta escolhida é (coincidentemente) a mais vantajosa, votamos

favoravelmente, permitindo que esta seja remetida para Assembleia Municipal, deixando o alerta de que provavelmente e infelizmente, pois isto traduzir-se-á em mais um atraso nesta obra, o mesmo não ficará fechado nesta data.

Reiteramos o apelo à reflexão sobre a forma de como vamos ser capazes de sustentar esta piscina nos próximos 40 e muitos anos.”.

vvvvv

PONTO 3 – ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA EM CUMPRIMENTO DO N.º 3, DA CLÁUSULA 16.ª DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO REFERENTE 1.º PERÍODO DO ANO LETIVO 2023/2024 – PERÍODO DE 01/09/2023 A 31/12/2023 - AE MARINHA GRANDE NASCENTE | PROPOSTA DE ADENDA _____

“Presente certidão de teor n.º 43/2024/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 29 de julho de 2024: _____

Presente informação interna 1767/24 - NIPG: 10293/24 da Divisão de Educação, datada de 16 de julho de 2024, em que se dá conta da análise e validação de relatório de execução física e financeira, intrínseco ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, designadamente no que respeita ao período de 01/09/2023 a 31/12/2023, nos termos do disposto nas cláusulas 12.ª; 13.ª; 14.ª e a 16.ª do referido CI, onde se conclui: _____

- a) Pelo cumprimento do CI, no que respeita às evidências apresentadas pelo AE, tendo sido aplicadas na íntegra as verbas atribuídas pelo Município da Marinha Grande; _____
- b) Que o valor de 56.364,41€ (cinquenta e seis mil trezentos e sessenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos) atribuído e pago para fazer face às despesas do último quadrimestre de 2023, se revelou insuficiente face ao valor de 68.496,52€ (sessenta e oito mil quatrocentos e noventa e seis euros e cinquenta e dois cêntimos), suportado pelo AE Marinha Grande Nascente. _____

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, atenta à concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da Educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, na sua redação atual, e, concordando com a mesma, no uso das competências fixadas na alínea I) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, delibera: _____

- a) **Propor a aprovação de um reforço financeiro ao Contrato Interadministrativo celebrado com Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, no valor de 14.143,55€ (Catorze mil cento e quarenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos) por via da celebração de uma Adenda ao Contrato Interadministrativo, referente ao período de 01 de setembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023; _____**

b) Notificar o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente a proceder ao pagamento do montante devido ao Município relativo a despesa não executada (excedente), no valor de 2.011,44€ (dois mil e onze euros e quarenta e quatro cêntimos). _____

Mais delibera: _____

a) Aprovar a proposta de minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de competências a celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente e, em cumprimento do disposto na alínea m) do n.º 1 do mencionado artigo 33.º; _____

b) Submeter a mesma à Assembleia Municipal para efeitos de autorização da sua celebração, em conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; _____

c) Solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. _____

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

vvvvv

A Assembleia Municipal da Marinha Grande **apreciou e aprovou**, a **Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências** a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

vvvvv

PONTO 4 – **ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA EM CUMPRIMENTO DO N.º 3, DA CLÁUSULA 16.ª DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO REFERENTE 1.º PERÍODO DO ANO LETIVO 2023/2024 – PERÍODO DE 01/09/2023 A 31/12/2023 - AE MARINHA GRANDE POENTE | PROPOSTA DE ADENDA** _____

“Presente certidão de teor n.º 44/2024/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 29 de julho de 2024: _____

Presente informação interna 1765/24 - NIPG: 10282/24 da Divisão de Educação, datada de 16 de julho de 2024, em que se dá conta da análise e validação de relatório de execução física e financeira, intrínseco ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente,

designadamente no que respeita ao período de 01/09/2023 a 31/12/2023, nos termos do disposto nas cláusulas 12.^a; 13.^a; 14.^a e a 16.^a do referido CI, onde se conclui: _____

a) Pelo cumprimento do CI, no que respeita às evidências apresentadas pelo AE, tendo sido aplicadas na íntegra as verbas atribuídas pelo Município da Marinha Grande; _____

b) Que o valor de 65.784,04€ (sessenta e cinco mil setecentos e oitenta e quatro euros e quatro cêntimos) atribuído e pago para fazer face às despesas do último quadrimestre de 2023, se revelou insuficiente face ao valor de 94.475,02€ (noventa e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco euros e dois cêntimos), suportado pelo AE Marinha Grande Poente. _____

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, atenta à concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da Educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, na sua redação atual, e, concordando com a mesma, no uso das competências fixadas na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, delibera: _____

a) **Propor a aprovação de um reforço financeiro ao Contrato Interadministrativo celebrado com Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, no valor de 32.738,96€ (trinta e dois mil setecentos e trinta e oito euros e noventa e seis cêntimos) por via da celebração de uma Adenda ao Contrato Interadministrativo, referente ao período de 01 de setembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023; _____**

b) **Notificar o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente a proceder ao pagamento do montante devido ao Município relativo a despesa não executada (excedente), no valor de 4.047,98€ (quatro mil e quarenta e sete euros e noventa e oito cêntimos). _____**

Mais delibera: _____

a) **Aprovar a proposta de minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de competências a celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e, em cumprimento do disposto na alínea m) do n.º 1 do mencionado artigo 33.º; _____**

b) **Submeter a mesma à Assembleia Municipal para efeitos de autorização da sua celebração, em conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; _____**

c) **Solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. _____**

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou e aprovou**, a **Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências** a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

vvvvv

PONTO 5 – **ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA EM CUMPRIMENTO DO N.º 3, DA CLÁUSULA 16.ª DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO REFERENTE 1.º PERÍODO DO ANO LETIVO 2023/2024 – PERÍODO DE 01/09/2023 A 31/12/2023 - AE VIEIRA DE LEIRIA | PROPOSTA DE ADENDA** _____

“Presente certidão de teor n.º 45/2024/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 29 de julho de 2024: _____

Presente informação interna 1759/24 - NIPG: 10266/24 da Divisão de Educação, datada de 16 de julho de 2024, em que se dá conta da análise e validação de relatório de execução física e financeira, intrínseco ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, designadamente no que respeita ao período de 01/09/2023 a 31/12/2023, nos termos do disposto nas cláusulas 12.ª; 13.ª; 14.ª e a 16.ª do referido CI, onde se conclui: _____

- a) Pelo cumprimento do CI, no que respeita às evidências apresentadas pelo AE, tendo sido aplicadas na íntegra as verbas atribuídas pelo Município da Marinha Grande; _____
- b) Que o valor de 39.138,69€ (trinta e nove mil cento e trinta e oito euros e sessenta e nove cêntimos) atribuído e pago para fazer face às despesas do último quadrimestre de 2023, se revelou insuficiente face ao valor de 50.307,20€ (cinquenta mil trezentos e sete euros e vinte cêntimos), suportado pelo AE de Vieira de Leiria. _____

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, atenta à concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da Educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, na sua redação atual, e, concordando com a mesma, no uso das competências fixadas na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, delibera: _____

- **Propor a aprovação de um reforço financeiro ao Contrato Interadministrativo celebrado com Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, no valor de 11.168,51€ (onze mil cento e sessenta e oito euros e cinquenta e um cêntimos) por via da**

celebração de uma Adenda ao Contrato Interadministrativo, referente ao período de 01 de setembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. _____

Mais delibera: _____

a) Aprovar a proposta de minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de competências a celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria e, em cumprimento do disposto na alínea m) do n.º 1 do mencionado artigo 33.º; _____

b) Submeter a mesma à Assembleia Municipal para efeitos de autorização da sua celebração, em conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; _____

c) Solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. _____

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou e aprovou, a Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências** a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

vvvvv

PONTO 6 – 3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2024 _____

“Presente certidão de teor n.º 46/2024/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 24 de setembro de 2024: _____

Considerando que: _____

a) O mapa de pessoal enquanto instrumento de planeamento de gestão de recursos humanos, materializa a previsão de trabalhadores necessários para, anualmente, levar a cabo a realização das atividades de cada serviço, no âmbito das atribuições municipais e estratégia definida; _____

b) O mapa de pessoal assume um caráter dinâmico, que permite a sua alteração sempre que se revele necessário, e com vista à resposta célere e eficaz dos problemas com que o Município se confronta diariamente; _____

c) Nos termos do preceituado nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os órgãos e serviços podem proceder a alterações ao respetivo mapa de pessoal para preenchimento dos postos de trabalho que se venham a revelar necessários para o desenvolvimento das suas atividades e que não tenham sido inicialmente previstos; _____

d) Nos termos do artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, nos municípios os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal; _____

e) A informação técnica da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos (Reg: 2382/24 – NIPG: 14209/24), que se anexa e faz parte integrante, aprecia a matéria de facto e de direito; _

A Câmara Municipal, depois de apreciado o assunto delibera, ao abrigo dos artigos 33.º, n.º 1 alínea ccc) e 25.º, n.º 1 alínea o), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal a 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2024, em anexo (anexo 1). _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta." _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou e aprovou**, a 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2024, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Cláudia Fabiana (PS)** que solicitou que seja trazida à Assembleia uma avaliação sobre a implementação da reestruturação orgânica feita pelo executivo +MPM, destacando o feedback negativo sobre o ambiente na Câmara, com queixas de funcionários e municípios que não recebem respostas. Referiu ainda a falta de melhorias, celeridade e eficiência na gestão, e pede uma reflexão sobre a eficácia da reestruturação e a necessidade de mantê-la.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que questionou a proposta apresentada, destacando que se trata de regularizações de postos de trabalho e a abertura de novos postos.

Mencionou ainda que as regularizações parecem envolver transferências entre divisões e carreiras, e pergunta se há mais regularizações planeadas nesse sentido. Questionou se, até o final do ano, os trabalhadores terão a sua situação regularizada, incluindo o cumprimento do SIADAP, para que possam receber seus retroativos já no início de janeiro.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves Monteiro** que prestou as seguintes informações:

Regularização de Pessoal e Alterações no Mapa – Referiu que a regularização do posicionamento de trabalhadores pode ser feita quando os instrumentos previsionais são apresentados, ou seja, quando o mapa de pessoal é revisado. No entanto, para antecipar a criação de mais postos de trabalho, a regularização de algumas situações já foi feita de forma antecipada.

Processo Dinâmico de Alterações Internas - Destacou que as mudanças no quadro de pessoal são dinâmicas, ocorrendo ao longo do ano conforme as necessidades internas.

Avaliação da Estrutura Orgânica - Referiu que, embora tenha uma avaliação sobre a implementação da nova estrutura orgânica, reconheceu que há aspetos que gostaria de alterar. No entanto, considera que mudanças na estrutura a um ano do fim do mandato poderiam causar turbulência nas equipas e, por isso, acredita que não há condições para fazer essas alterações nesse momento.

Preocupação com a Estabilidade das Equipas - Reforçou a ideia de que mudanças estruturais, embora necessárias em alguns casos, devem ser feitas com cautela, geram sempre algum grau de turbulência nas equipas, Considerando que essa turbulência não é desejável a um ano do fim do mandato.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Quadros de Pessoal Dinâmicos - Destacou que todos os quadros de pessoal em organizações são dinâmicos, com mudanças constantes, incluindo a entrada e saída de pessoas. Reconheceu que nunca existe um quadro de pessoal "perfeito", pois as mudanças são inevitáveis.

Eficácia do Quadro de Pessoal Atual – Referiu que o quadro de pessoal atual é eficaz e que, se não fosse, já teriam proposto mudanças. Embora existam críticas, sugeriu que algumas críticas podem ser baseadas em falsas informações repetidas.

Necessidade de Regularização e Substituições - A regularização do quadro de pessoal é essencial, especialmente em um contexto de constantes alterações como aposentações e falecimentos. A necessidade de substituir e ajustar o pessoal é um fator-chave para manter a eficácia da organização.

Mudanças no Quadro de Pessoal – Referiu que, até ao momento, o quadro de pessoal foi alterado apenas três vezes, o que demonstra um processo de mudança controlado e gradual.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que destacou que a reorganização foi aprovada e que, independentemente da fase do mandato, é correto prestar contas à Assembleia Municipal, que tem o papel de fiscalizar a atividade da câmara e insiste na importância de refletir sobre ela. Referiu que, embora a reorganização tenha sido proposta e aceite pela câmara, já foram observados desafios e dificuldades no seu funcionamento.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves Monteiro** que prestou as seguintes informações:

Reflexão e Autocrítica – Referiu que se considera a pessoa mais crítica de si mesma e reconhece a necessidade de alterações rápidas na estrutura, refletindo sobre o que deve ou não ser feito.

Alteração de Estruturas – Referiu que seria adequado juntar algumas divisões, como as de saúde e saúde e bem-estar, o que levou à acumulação de funções por uma dirigente.

Falta de Pessoal Adequado - No caso da divisão de ambiente e sustentabilidade, irá se avançar com um concurso para recrutar um dirigente com o perfil adequado, especialmente em relação aos requisitos profissionais exigidos.

Avaliação de Processos e Necessidades de Fiscalização - Referiu a crescente quantidade de contraordenações, tendo-se necessidade de criar um serviço intermediário para reforçar a fiscalização, com mais fiscais e um jurista, além de uma melhor avaliação do processo.

Estrutura Orgânica e Estabilização das Equipas - Referiu a importância de uma estrutura orgânica estável para alcançar os objetivos traçados. Acredita que mexer na estrutura organizacional interfere na dinâmica da organização.

vvvvv

PONTO 7 – PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS – AMPLIAÇÃO DA UNIDADE INDUSTRIAL DA MOLDETIPO – ENGENHARIA DE MOLDES E PROTÓTIPOS PARA A INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, SA. - PARECER CCDRC _____

“Presente certidão de teor n.º 47/2024/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 24 de setembro de 2024: _____

Presente parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com registo de entrada NIPG 11560/24 de 09.08.2024 com referência ao ofício -UOT-DOT 869-2024 (que se anexa e faz parte integrante da presente deliberação), emitido nos termos do n.º 3 do artigo 126.º e do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 138.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão

Territorial (RJIGT) estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, referente à Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e ao Estabelecimento de Medidas Preventivas para uma área de 9 843,1 m², conforme planta anexa, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande. _____

Presente informação técnica com referência IMSS.MT.09.2024, datada de 19.09.2024, que se anexa e faz parte integrante da presente deliberação, que face ao parecer emitido pela CCDRC completa o processo, e faz o seu enquadramento na Revisão do Plano Diretor Municipal em curso, de forma a que possa ocorrer a suspensão parcial do PDM e estabelecimento de medidas preventivas, para viabilizar a construção necessária à empresa MOLDETIPO SA. _____

Considerando que: _____

- Na sua reunião de 22.07.2024, esta Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que procedeu à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), propor à Assembleia Municipal, a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (PDMMG), para uma área de 9 843,1 m², de acordo com planta anexa, na freguesia e Concelho da Marinha Grande; ____
- Mais deliberou propor àquele Órgão, o estabelecimento de medidas preventivas, em consequência da suspensão parcial do PDMMG, tal como preceitua o n.º 7 do já citado artigo 126.º;
- A proposta de suspensão foi objeto de parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), nos termos do n.º 3 do artigo 126.º e n.º 1 e 2 do artigo 138.º, tendo este sido acolhido e alterados os elementos para ir ao encontro do solicitado pela entidade no referido parecer; _____

Assim, _____

A Câmara Municipal **delibera** submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de suspensão parcial do PDMMG, na área já identificada e o estabelecimento das respetivas medidas preventivas, por ser o Órgão competente para o efeito, nos termos da mencionada alínea b) do n.º 1 do já citado artigo 126.º e n.º 1 do artigo 137.º, ambos do RJIGT, aprovada na já mencionada reunião camarária datada de 22.07.2024. _____

Mais delibera remeter à Assembleia Municipal certidão da citada deliberação de 22.07.2024, informação técnica, de 19.09.2024, que fazem parte integrante dessa deliberação, planta de localização, identificativa da área a suspender, parecer da CCDRC e certidão da presente deliberação. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta." _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou e aprovou**, a proposta de suspensão parcial do PDMMG, na área já identificada e o estabelecimento das respetivas medidas

preventivas, por ser o Órgão competente para o efeito, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º e n.º 1 do artigo 137.º, ambos do RJGT, aprovada na reunião camarária datada de 22.07.2024, devidamente acompanhada do parecer da CCDRC, e da certidão da citada deliberação de 22.07.2024, informação técnica, de 19.09.2024, que fazem parte integrante dessa deliberação, planta de localização, identificativa da área a suspender, parecer da CCDRC e certidão da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

vvvvv

PONTO 8 – APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA _____

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que referiu que no relatório de atividades estão mencionadas obras que ainda não estão concretizadas, mas sim em processo de contratação ou consignação. Referiu também o projeto da creche da Ivima, que embora a construção inicial tenha sido concluída, houve uma degradação significativa da estrutura, especialmente devido a problemas de humidade, o que fez com que o projeto precisasse de ser refeito.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Rafael Almeida (PS)** que solicitou esclarecimentos sobre a visita dos deputados às escolas, mencionando que esteve presente na visita dos deputados do PS, mas que o sr. Presidente da Câmara mencionou uma visita de outro partido. Questionou sobre o financiamento de um evento no cinema da Vieira, relacionado à apresentação de dois filmes do cineasta António Campos, onde foi exibido um anteprojecto em 3D. Solicitou esclarecimentos sobre se o financiamento relacionado ao furacão Lesley, do mandato anterior, foi perdido, qual o custo do projeto e quando as obras irão começar. Questionou ainda sobre o projeto do Intermodal, questionando se o financiamento para esse projeto ainda está disponível.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que insistiu na resposta às questões relacionadas com a obra da adutora, o andamento das atas e sobre a obra do Café da Praia.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que referiu que, apesar da resposta da ministra, mencionada pelo sr. Presidente da Câmara, esclareceu que a questão foi levantada pelos deputados do Partido Socialista na Assembleia da República, com o apoio dos membros do PS da Marinha Grande, referindo que não foi apenas o seu partido a intervir. Questionou o Executivo sobre os próximos passos, querendo saber se continuará a pressionar para que o assunto seja

resolvido ou se será deixado em segundo plano, enfatizando que é uma questão de grande preocupação para todos os presentes.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Franclim Ventura (CDU_PJM)** que referiu que defende a verdade e a honra, esclarecendo que as respostas dadas pelo Sr. Vereador foram enviesadas e não abordaram as questões que ele realmente levantou. Destacou que não foi ele quem prometeu a construção de um Pavilhão Gimnodesportivo na Moita e mencionou que os passeios estão a ser reparados pela Junta de Freguesia, não sendo responsabilidade do sr. Vereador. Referiu ainda que há um passeio destruído desde 2022 que ainda não foi reparado.

Relativamente à Rua da Charnequinha, afirmou que já alertou o sr. Presidente da Câmara sobre o risco causado por veículos pesados na rua, que está a deteriorar-se rapidamente, mencionando um parecer da polícia que aconselha a limitação de tráfego pesado naquela rua.

Em relação às obras da escola primária, criticou a falta de informação e a necessidade da intervenção da Junta de Freguesia para resolver problemas como o mobiliário escolar. Referiu ainda a falta de respostas do Executivo às questões sobre habitação social e saneamento na Moita, afirmando que estas promessas foram feitas pelo +MPM e que pouco foi feito até agora.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado João Norte (CDU)** que referiu a taxa de execução do MPM com o +Concelho, que é de apenas 8%, destacando que, apesar do relatório de atividades ser extenso, o trabalho realizado é mínimo e não envolve o movimento associativo, as comunidades ou os trabalhadores, afirmando que este é o trabalho do +MPM nos últimos três anos, e que a execução real é extremamente baixa.

Criticou a tentativa de encontrar trabalho realizado, mencionando que a iniciativa organizada pela Junta de Freguesia da Moita sobre as areias foi incluída no relatório de atividades da Câmara, o que considera inadequado, já que a iniciativa não foi organizada pela Câmara, mas pela Junta, sugerindo na próxima vez o relatório inclua também eventos como comícios políticos.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Cláudia Fabiana (PS)** que referiu que as atividades extracurriculares ainda não começaram no primeiro ciclo, causando preocupação entre os pais que não sabem como organizar os horários dos filhos, bem como a questão da TUMG não ajustar os horários dos transportes públicos aos horários escolares também é levantada, uma vez que os alunos não conseguem apanhar o autocarro nos horários mais adequados.

Questionou a câmara sobre as taxas de carregamento dos cartões eletrónicos dos alunos, argumentando que essa taxa deveria ser suportada pela câmara, já que é um serviço obrigatório para os pais.

Em relação à requalificação das escolas, o recordou que a promessa do executivo de requalificar as escolas foi uma prioridade no orçamento municipal, questionando se a câmara arranjou uma nova forma de financiamento após a revisão orçamental ter posto em causa a verba para esse projeto. Quanto à Creche da Ivima, colocou a questão sobre quando a obra começará ou será inaugurada, pois a previsão era de que a abertura fosse este ano letivo.

Fez alusão à situação do associativismo, especialmente em relação aos pedidos de devolução de valores por parte de algumas associações que já haviam recebido apoio da câmara, referindo-se à situação do S.O.M., uma associação com uma escola artística que viu os custos de uma obra aumentarem, sendo que a câmara não fez adendas ao contrato para compensar a diferença, enquanto outras situações similares com contratos interadministrativos com as escolas foram aprovadas sem problemas.

Referiu ainda o estado de conservação da cidade, mencionando a falta de limpeza e o aumento de ervas nas ruas, questionando sobre as iniciativas de reciclagem de bioresíduos, sugerindo que a população deva ser mais envolvida e informada sobre esse processo.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que sugeriu que, na próxima reestruturação orgânica da câmara, sejam criadas divisões autónomas para a habitação e o movimento associativo ou que sejam disponibilizados gabinetes com meios e capacidade para dar resposta a essas áreas.

Referiu a questão da habitação, mencionando os 69 fogos e os programas de arrendamento a custos acessíveis e controlados, insistindo que estas questões devem ser tratadas com urgência.

Relativamente à educação, referiu a situação do edifício do jardim de infância de Picassinos, descrevendo uma série de falhas nas condições de ensino e acolhimento das crianças, como a falta de brinquedos, a inadequação das instalações e o tratamento de crianças pequenas sem o devido conforto e segurança, questionando quando serão regularizadas, pois considera inaceitável que as crianças fiquem em condições tão precárias.

Destacou que, apesar de ser mencionado um evento de cinema no relatório, este evento foi promovido por um grupo privado e não pela câmara, o que suscita questões sobre a relação da câmara com grandes grupos económicos, questionando se há planos concretos para o funcionamento regular de um cinema na cidade, além das programações teatrais.

Sugeriu ainda que a câmara se concentre em criar um mercado municipal digno, acessível e atrativo, que permita aos produtores locais vender os seus produtos de forma justa, com a infraestrutura necessária, como estacionamento e carrinhos de compras, e ao mesmo tempo concorra de maneira justa com as grandes superfícies.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Francisco Soares (PS)** que questionou o andamento da fase 4 do saneamento das Trutas, afirmando que a fase 3 já terminou, mas a fase 4 ainda não começou.

Referiu a situação da Rua do Brejo, que está cheia de buracos, destacando a importância dessa rua para a ligação entre as Figueiras e o cemitério de Casal Galego. Referiu também a Rua dos Oleiros, que continua sem passeios e sem luz, bem como o matagal nas bermas.

Relativamente à época balnear, sugeriu que a época comece mais cedo e termine mais tarde, e que haja, no mínimo, um banheiro em cada uma das praias da região. Referiu que na Praia da Vieira, os passadiços estão em péssimas condições, os acessos à praia poderiam ser melhorados e que as ruas não estão limpas, reforçando que o trabalho deverá ser feito com mais antecedência e com mais cuidado, e não à última hora, com soluções improvisadas.

Questionou as condições de trabalho e de higiene nos barracões da Arte Xávega, onde falta casas de banho para as pessoas que lá trabalham. Questionou, também, a qualidade das estradas recém-pintadas, observando que, embora a pintura tenha feito as estradas parecerem novas, elas continuam cheias de buracos, sugerindo que a obra foi superficial e apenas para dar uma falsa impressão de melhoria.

Sugeriu à câmara que considere a construção de um lar de idosos com comparticipação, para que os idosos não sejam forçados a pagar grandes quantias para serem atendidos em lares distantes de suas famílias.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que questionou a situação dos brinquedos nas escolas, especificamente na escola do Engenho, onde, há dois anos, os brinquedos já estavam degradados e alguns isolados. Referiu a rotunda do Pero Neto, lembrando que, há alguns anos, havia sido apresentada uma proposta para a sua execução, mas que ainda se aguardava um parecer das Estradas de Portugal, solicitando atualização sobre esse processo, questionando se há progressos ou se o assunto continua em espera.

Referiu a destruição de um mural, que havia sido pintado por uma jovem artista da Vieira nos antigos barracões da Arte Xávega, agora transformados em museu, sugerindo que a câmara poderia dar uma nova oportunidade à artista para criar outra obra, possivelmente em um local designado pela câmara, e questionou se isso seria viável.

Abordou a falta de desfibrilhadores em alguns pavilhões desportivos do concelho, lembrando uma proposta anterior para a instalação desses equipamentos em vários pontos da cidade, destacando a importância desses desfibrilhadores, principalmente em emergências com jovens atletas, e pediu que a câmara tome providências para garantir a instalação desses aparelhos nos pavilhões, já que muitos ainda não os possuem.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Rafael Almeida (PS)** que referiu a habitação social, considerando que deveria ser uma prioridade no município, pois acredita que há condições para fazer mais e melhor nesta área. Em relação à época balnear em São Pedro de Moel, afirmou que a situação foi algo atribulada, mencionando que os passadiços estavam mal cuidados no início da temporada, com pregos soltos, e observou que, em comparação com outras praias, como as do Pedrógão e da Polvoeira, as infraestruturas estavam deterioradas e os reparos feitos de forma inadequada, apenas como remendos. Criticou ainda o estado das ruas, mencionando que, embora no início do mandato tenha sido elogiada a limpeza das vias, atualmente as ruas estão em péssimas condições, com ervas a crescer por toda a parte. Quanto ao Café da Praia de São Pedro, questionou a responsabilidade pela gestão das casas de banho e outras infraestruturas, mencionando a falta de clareza sobre como o concessionário consegue fornecer energia elétrica, água e gás, sugerindo que a situação no passado era mais bem gerida pela junta.

Fez críticas à organização da câmara e à gestão de recursos humanos, destacando a importância de ter um responsável financeiro na câmara. Quanto ao urbanismo e às obras particulares, questionou a eficácia da "task force" que foi marcada por constantes mudanças de pessoal e não apresentou resultados concretos. Também destacou a instabilidade na liderança da divisão de urbanismo, que teve quatro chefes nos últimos três anos, o que, indica falta de continuidade e gestão eficaz.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Vanessa Rocha (+MPM)** que abordou várias questões, começando pela Rua dos Oleiros, que, apesar de ter sido requalificada durante o mandato do PS, não recebeu passeios na altura. Sobre o mercado, destacou que a sua localização era anteriormente em um outro espaço. Parabenizou a implementação da aplicação MyAqua, mencionando as 2.437 interações com os serviços através do portal nos últimos três meses. Elogiou também a candidatura do Teatro Stephens à DGArtes, agradecendo a partilha da agenda cultural até o final do ano, assim como a programação cultural que foi destacada.

Relativamente às iniciativas de verão, fez um balanço positivo do festival Afonso Lopes Vieira na Casa-Museu, das dinâmicas realizadas no edifício Cosmos em São Pedro, e da realização da colónia em São Pedro de Moel, destacando também o Carnaval de verão na Praia da Vieira, todas com boa adesão. Na área da Educação, foi elogiado o Plano Interno Municipal de Promoção do Sucesso Escolar, que visa combater o insucesso escolar e promover a igualdade de oportunidades. Mencionou também os projetos de reabilitação de várias escolas, como a da Moita, o Jardim de Infância da Amieirinha, e a Escola Básica da Albergaria, e solicitou informações sobre o estado da obra da Creche no edifício da Ivima.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Curto Ribeiro (PS)** que referiu o anúncio recente de um projeto para a construção de um parque infantil na zona das Trutas. Lembrou que, em mandatos anteriores, já houve tentativas por parte dos moradores de criar um parque, mas não no local proposto, que fica no extremo da zona urbana das Trutas. Sugeriu que o parque poderia ser construído no centro da zona, onde existe um espaço da câmara com duas nascentes de água e uma ribeira que percorre o terreno arborizado, incluindo um grande pinheiro manso. Esse local, foi considerado um sonho no passado para um projeto semelhante.

Questionou se essa opção central foi considerada pela câmara, já que o local escolhido para o parque está no limite da zona urbana, entre as casas e o pinhal, destacando que o terreno central seria muito maior e mais adequado para o projeto, estendendo-se ao longo da ribeira.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que prestou as seguintes informações:

Horários da TUMG - Os horários são considerados adequados, mas a nota de alerta será analisada em mais detalhes posteriormente.

Fase 4 de Saneamento das Trutas - A fase 4 do saneamento das Trutas estava na revisão que foi chumbada, mas continua prevista para ser executada como parte do plano para dar continuidade ao saneamento na zona.

Rua do Brejo - A rua precisa não apenas de pavimentação, mas também de saneamento, o que está a atrasar um pouco o processo. A execução do saneamento e pavimentação está prevista.

Época Balnear - A época balnear ainda exige melhorias, mas já houve progressos e a melhoria contínua é o objetivo.

Rotunda do Pero Neto - A execução da rotunda está pendente da validação da Infraestruturas de Portugal. Após a validação, o projeto e a obra podem avançar.

Recolha de Bioresíduos - A recolha de bioresíduos foi iniciada em 2023 com restaurantes da Marinha Grande, como um projeto piloto. Em janeiro de 2024, o projeto expandirá para cantinas escolares. Também foi incluída uma candidatura para aquisição de um carro elétrico para o circuito de recolha e depósito na Valorlis. O sucesso deste projeto piloto indica que será expandido para recolha de bioresíduos nas residências dos munícipes, como parte de um novo procedimento concursal para a recolha de resíduos.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves Monteiro** que prestou as seguintes informações:

Espaços de Recreio - Foi realizado um levantamento exaustivo dos espaços de recreio em equipamentos escolares ativos e desativados. O objetivo é definir um plano de intervenção e

manutenção, com foco em substituições de parques infantis, especialmente nas zonas do Engenho e Francisco Veríssimo, além das já concluídas na Vieira, Albergaria e Amieirinha.

Atas em Atraso - Reconhece-se o atraso nas atas da Câmara, que foi causado pela sobrecarga de trabalho da coordenadora do serviço. Para resolver, foi reforçada a equipa de expediente e espera-se regularizar a situação até ao final do ano civil.

Início das AEC's - As AEC's começam na segunda-feira, com ajustes ainda a ser feitos nos horários de transporte escolar. A situação de uma criança na Vieira será verificada na próxima segunda-feira.

Cartões GIAC - O serviço de cartões GIAC facilita tanto o trabalho da câmara como a vida de 5.000 pais, permitindo-lhes efetuar pagamentos sem deslocações aos serviços.

Creche da Ivima - A abertura da creche está prevista para setembro de 2025. Existe uma dúvida jurídica quanto ao modelo de gestão, já que há manifestações de interesse de instituições sociais para a sua gestão. A decisão final sobre a gestão, seja direta pelo município ou através de concessão, será tomada em janeiro, com a possibilidade de recorrer ao terceiro setor.

Reestruturação - Há a intenção de dar maior destaque à área da habitação no futuro, dada a complexidade e especialização técnica envolvida. No entanto, há dúvidas sobre a divisão do associativismo, desporto e juventude, pois atualmente está tudo na mesma divisão.

Escola de Picassinos - A obra da escola ainda não iniciou, com a adjudicação prevista para o início do mês. Não há informações sobre as condições precárias de algumas crianças que estão a aguardar, mas a situação será verificada com o agrupamento escolar.

Sessões de Cinema - As sessões de cinema para crianças no Teatro Stephens foram retomadas, com uma programação prevista até ao final do ano. Em janeiro, será estabelecida uma periodicidade regular para as sessões, embora, até lá, as sessões sejam realizadas em contexto escolar, não sendo abertas ao público.

Lar de Idosos - A câmara está a trabalhar no projeto para a Moita, destacando a perda de oportunidades do PARES nos últimos 20 anos. A falta de estruturas adequadas para a terceira idade é um problema importante, especialmente nos serviços convencionados.

Espaço de Recreio nas Trutas - A execução do parque infantil nas Trutas é uma obrigação do anterior executivo que não foi cumprida, sendo agora dado cumprimento a essa promessa. O foco é investir mais em parques infantis em espaços públicos, priorizando as áreas escolares e criando melhores condições para o desenvolvimento das crianças.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Mural da Jovem Artista - O executivo concorda em oferecer à jovem artista a oportunidade de pintar novamente, destacando a generosidade do avô dela, que permitiu libertar um espaço para os armazéns.

Desfibrilhadores - Foi objetivo, do executivo, instalar desfibrilhadores em locais de grande movimentação, como mercados e equipamentos desportivos. A instalação em alguns espaços privados não foi possível porque as instituições, como o ACM, não aderiram ao projeto.

Financiamento do Auditório António Campos - Não houve perda de financiamento, mas a obra não foi inicialmente financiada. Foi necessário fazer uma revisão do projeto, o que atrasou a execução.

Café da Praia - A entrega da obra foi atrasada devido à falta de uma atualização da garantia bancária por parte do empreiteiro. A obra será entregue até ao final do mês.

Concessionários de Praia - Não há parecer da APA sobre os concessionários, pois essa relação é independente da câmara e envolve a capitania.

Prospecção das Argilas - O executivo tem mantido diálogo com deputados eleitos por Leiria, independentemente do partido, para garantir apoio e continuidade do processo. O objetivo é obter suporte para o cancelamento.

Requalificação das Escolas - O projeto de requalificação das escolas envolve um financiamento do Governo, mas com uma pequena parte a ser coberta por recursos próprios. O concurso para as obras está pronto para ser lançado, e o executivo já pediu uma audiência ao Ministro da Educação para discutir a situação.

Grupo Sonae - A câmara não patrocinou o grupo Sonae, mas ofereceu apoio para um evento de custo zero, cedendo espaço para a realização.

Saneamento nas Trutas - A Fase 3 do saneamento foi concluída, e a Fase 4 está prevista no orçamento, aguardando revisão para ser lançada.

Armazéns da Arte Xávega - O projeto não contempla casas de banho, mas os trabalhadores têm acesso a uma casa de banho no centro interpretativo, disponível para todos os envolvidos no projeto.

Obra da Adutora - A obra foi concluída conforme o projeto, mas a pavimentação das faixas de alcatrão ainda precisa ser ajustada. Está em andamento um plano para corrigir a pavimentação da estrada, da rotunda do Vidreiro até à Guarda Nova.

vvvvv

Nos termos do n.º 4 do artigo 39.º do Regimento e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, todas as deliberações tomadas na presente sessão. _____

vvvvv

Dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do art.º 30.º do RJAL, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão ordinária, pela zero horas e trinta e cinco minutos do dia 28 de setembro de 2024, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano que a redigi, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

O Presidente da Assembleia Municipal

Aníbal Manuel Curto Ribeiro

Pelo Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano
(Assistente Técnico n.º 133)

A gravação de áudio e vídeo da presente sessão encontra-se disponível ao público na página de Internet do Município e no Youtube no canal OA MGTV, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 38.º do Regimento da Assembleia Municipal da Marinha Grande



Município da
Marinha Grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATO 2021/2025

ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA

27.09.2024

ANEXO 1

SESSÃO ORDINÁRIA

27.09.2024

Boa Noite, cumprimento na pessoa do sr presidente da assembleia municipal todo o executivo camarário, os sr deputados e população do concelho Marinha.

Há três anos, o programa de governação para a Marinha Grande, intitulado "Cidade Tecnológica no Meio da Natureza 2021-2025", apresentado pelo +MPM, venceu as eleições, carregando consigo promessas de transformação e progresso para o nosso Concelho. Porém, três anos depois, a realidade é bem diferente. Como deputados municipais temos que fiscalizar o que foi e o que não foi executado pelo executivo Local.

O +MPM, que antes criticava vigorosamente o Executivo PS em funções, rapidamente esqueceu as prioridades e os argumentos que defendia enquanto oposição.

Não basta vencer eleições, é preciso governar com responsabilidade, com seriedade e, sobretudo, cumprir as promessas feitas ao eleitorado.

Nós, da oposição, agimos com responsabilidade, sem bloquear o que é de interesse público, algo que o +MPM não fez nos seus oito anos de oposição.

Ao longo deste mandato, assistimos a uma gestão marcada por adiamentos sucessivos de projectos, que chamam de reprogramação e custos crescentes, além de uma clara falta de capacidade de execução. Projetos que deveriam estar a transformar a nossa terra continuam no papel ou em estudos intermináveis.

Financiamentos foram perdidos, compromissos eleitorais foram esquecidos, e o nosso concelho, em vez de avançar, está a recuar e parece estar ao abandono.

Este executivo herdou uma situação financeira estável: 14 milhões de euros disponíveis, 7 milhões em obras já adjudicadas e uma capacidade de endividamento de 30 milhões.

O que fizeram com isso?

Encerrou-se o ano de 2023 com um saldo negativo de 1,3 milhões de euros — algo inédito na história recente da Marinha Grande. Usaram o saldo de gerência para despesas correntes, em vez de utilizarem para investimentos estruturantes, revelando falta de visão e planeamento estratégico.

É verdade que a Taxa de execução de despesas de capital até 31ago24 é 8,8% Sr Presidente? A ser verdade é o pior resultado na nossa democracia.

Perderam-se grandes projetos com financiamento já garantido. O Intermodal que foi abandonado por opção política, e ao que parece, até a reabilitação do Cine-Teatro António Campos foi descurada, com os prazos ignorados e, consequentemente, o financiamento foi desperdiçado.

Os mesmos destinos tiveram os fundos do PRR para as nossas escolas, o que nos obrigou-nos a agir, e trouxemos os deputados da Nação do PS eleitos pelo distrito de leiria a visitar a escola pinhal do rei, há uns dias atras, para sensibilizar sobre a gravidade dessa perda se concretizar para o futuro da educação das nossas crianças.

E as poucas obras que avançaram, o que mostram?

O Custo previsto das piscinas municipais, ainda em projecto já duplicou, projetos ainda no papel e adiamentos constantes. Temos um passadiço no parque e o projecto da Albergaria Nobre, sem protocolo com o IPL, provavelmente irá permanece deserta. A estátua do vidreiro

estava degradada e foi passada a bronze como previsto pelo anterior executivo do PS, mas a rotunda do vidreiro continua sem obra feita.

A maior parte das obras concretizadas vieram do executivo anterior, como a creche da Ivima, adutora dos Altos Picotes, os barracões da Arte Xávega, a Estrada do Barqueiro, o Largo da Passagem, etc... etc..

Prometeram-nos muito, mas têm entregue muito pouco. O +MPM está a falhar na entregar das obras estruturantes que anunciou, no seu compromisso com a nossa população.

Falham também na Liderança da Câmara, na contratação dos quadros de gestão que esta Câmara Municipal tanto necessita. Continuamos sem chefe de serviços na Direção Financeira, assistimos a uma rotatividade constante de posições-chave e um absentismo elevado. A motivação dos colaboradores da autarquia está nos mínimos. Tudo isto reflete uma falta de liderança que compromete o bom funcionamento dos serviços públicos.

Criaram mais 11 divisões acrescentando às 6 existentes, num total de 17 divisões, repito 17 divisões e ainda mais 4 gabinetes. Tem tantas divisões como o governo tem de ministérios para governar o nosso País. O que estamos a assistir é que chega a haver 1 chefe de divisão para 3 funcionários . E lembro que quando o executivo anterior quis aumentar o número de divisões para mais 2 o MPM votou contra.

Afinal qual era a estratégia e o objectivo?

O que melhorou com estas novas divisões?

A política de subcontratação a todo o custo é outra marca deste executivo, onde quase tudo, desde estudos até serviços, é entregue a privados, sem a definição clara de prioridades e sem delegação de competências internas, nos colaboradores, nas juntas de freguesia ou até na Associações do nosso concelho. O resultado? Custos mais elevados, prazos alongados e projetos que não avançam.

Vejamos alguma das obras anunciadas no programa de governação do +MPM: a expansão e requalificação das zonas industriais de Marinha Pequena, Vieira de Leiria e Moita; a construção de uma nova piscina municipal e a requalificação da Piscina da Embra; a criação de um patinódromo, um pavilhão multidesportivo, campos de padel e a revitalização das piscinas oceânicas de S. Pedro de Moel.,,etc etc

No setor habitacional, prometeram a construção de habitação a custos controlados e a requalificação do parque habitacional.

Para a educação, previam a construção de novos centros escolares em Várzea, João Beare e Vieira de Leiria, e a modernização de escolas de 1º ciclo e jardins de infância.

No âmbito cultural, o programa incluía a recuperação do Património FEIS e a criação do Museu da Floresta e Espaços Naturais, além da requalificação do parque de campismo da Vieira Leiria, transformando-o num "ECORESORT". Já perdemos a Criativearte e parte do rally do Videiro.

Em termos de mobilidade, seriam construídos parqueamentos seguros para bicicletas e um parque intermodal de transportes.

O plano de segurança pública incluía o reforço do policiamento, instalação de videovigilância e um Plano de Emergência para as Zonas Industriais, bem como apoio aos bombeiros e prevenção de incêndios.

O programa votado pela população ainda é válido?

Qual o grau de cumprimento do programa?

O futuro da Marinha Grande depende das respostas a estas perguntas, e o tempo para agir está a esgotar-se.

Muito obrigado.

ANEXO 2

SESSÃO ORDINÁRIA

27.09.2024

Saudação

45 anos do Serviço Nacional de Saúde

Foi em 15 de setembro de 1979 que pelo ministro António Arnaut e com base no artigo 64º da Constituição da República, foi criado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), através da Lei nº 56/79 que nunca chegou a ser completamente regulamentada.

O que era a situação sanitária no país antes da madrugada libertadora do 25 de Abril fica bem demonstrada nas memórias de Francisco Neto de Carvalho, ministro do regime fascista de Salazar entre 1963 e 1968: *“tempos em que não se falava no direito à saúde, cada um tratava de si e o Estado ou outras instituições como as misericórdias acudiam graciosamente, numa base de caridade, aos mais necessitados. Por isso a saúde estava integrada na Subsecretaria da Assistência do Ministério do Interior”*. Em 1962 tinha sido criada a Direção Geral dos Hospitais, mas sem quadro de pessoal. Em 1965, um Plano Nacional de Vacinação contra algumas doenças infecciosas na infância só avançou com o subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Apesar das forças políticas da extrema-direita defenderem o regime salazarista, a verdade é que num relatório elaborado por Melo Caeiro em abril de 1966 sobre uma epidemia na Maternidade Magalhães Coutinho foi escrito: *“não há berços suficientes, a roupa das camas das mães não é mudada diariamente, a sala de banhos das crianças esteve sem água quente durante meses por avaria do termoacumulador, há fraldas a serem usadas durante 24 horas, faltam utensílios de cozinha e seringas, pelo que são usadas em vários doentes”* (in “Correspondência do Ministro da Saúde e Assistência dirigidas a Salazar” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Em 1968 as dívidas dos três principais hospitais centrais, Santa Maria, S. João e Cívica de Lisboa eram superiores a 65 mil contos. Em 1971 o Decreto Lei nº 413 definiu um Sistema Nacional de Saúde que incluía as empresas privadas. Só em 1973 é que surgiu pela primeira vez um Ministério da Saúde dotado de lei orgânica. A mortalidade infantil era das mais elevadas da Europa.

A lei que criou o SNS há 45 anos dizia: **“incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o SNS”** (artº 64º nº3 d).

Mas a Lei de Bases da Saúde nº 48/90 do governo PSD trocou tudo: **“o Estado apoia o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde ... em concorrência com o sector público”** (Base 37 nº 1). E com tais orientações, os serviços e os recursos públicos foram facilmente capturados pelo “negócio privado da doença”: de cada 10 euros do orçamento da saúde, mais de 4 euros passaram a ser gastos em facturas dos privados. Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) nas mãos dos privados custaram 489 milhões € em 2019, a que se somaram 262 milhões € em hemodiálises. Foram desenvolvidas parcerias público-privadas (PPP) e criadas deduções fiscais para o sector privado. A acessibilidade condicionada em certos subsectores de saúde conduziu ao número brutal de 6 milhões de episódios de urgência/ano nos hospitais do SNS. A financeirização da saúde passou a ser a marca do sector. E aos médicos, enfermeiros e outros profissionais do sector público não foram aplicadas carreiras e salários motivadores.

A questão central sobre o futuro de SNS é a relação entre o Estado e o sector privado empresarial. Com a aprovação da nova Lei de Bases da Saúde em 2019 (Lei nº 95/2019) foi explicitada na sua Base 6 que a responsabilidade do Estado pela realização do direito à proteção da saúde concretiza-se **primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos**, podendo de forma **supletiva e temporária** ser celebrados acordos com entidades privadas e do sector social, **em caso de necessidade fundamentada**.

A Assembleia Municipal da Marinha Grande reunida em sessão ordinária em 27/9/2024, DELIBERA:

- Saudar a criação há 45 anos do SNS como serviço público de saúde, geral e universal;
- Manifestar todo o apreço e reconhecimento aos seus profissionais pelo empenhamento e dedicação;
- Pugar pela implementação dos valores e princípios da nova Lei de Bases da Saúde (Lei 95/2019)

O Representante do Bloco de Esquerda
Nuno Machado

ANEXO 3

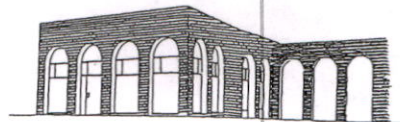
SESSÃO ORDINÁRIA

27.09.2024

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(artigos 18º e 38º do Regimento da Assembleia Municipal)

AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E GRAVAÇÃO DE IMAGEM E SOM



Município da Marinha Grande
Assembleia Municipal

Ficha de inscrição nº 1

Na sequência da presente inscrição para intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Marinha Grande de 27 de Setembro de 2024 declaro, de forma livre, esclarecida, específica e inequívoca, que ~~autorizo~~/não autorizo (riscar o que não interessa) a recolha e divulgação da gravação da minha imagem e som, em direto ou não, no todo ou em parte, e colocação à disposição do público no canal do YouTube, exclusivo para a transmissão das reuniões dos órgãos da autarquia (OA-MGTV).

Nome: VIRGILIO SOUSA GARCIA

Morada:

Nº

Porta/Lote:

Localidade:

Código
Postal:

Telefone/
Telemovel:

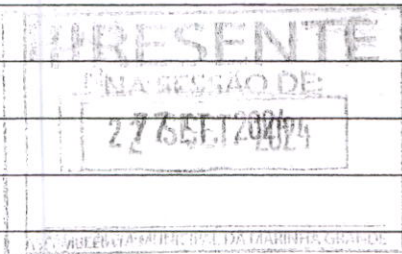
CC nº

Validade:

Email:

ASSUNTO

1974 - 2024



Permitido Intervenção Pública
Autorizado para a
Ata 27 de Set 2024
[Signature]

ANEXO:

Marinha Grande, 27 de SETEMBRO de 2024

Assinatura

[Signature]